

As pautas escondidas atrás das negociações sobre o clima

Evandro Seixas

Philip M. Fearnside

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças de Clima (UNFCCC), assinada por mais de 150 países no Rio de Janeiro em 1992, provê uma guarda chuva para continuar as negociações internacionais sobre a redução das emissões de gases do efeito estufa. Negociações procederam em uma série de Conferências das Partes (COPs), a mais importante sendo a terça (COP-3) em Kyoto, Japão, onde o Protocolo de Kyoto foi negociado em dezembro de 1997. Outro COP particularmente importante (COP-6) acontecerá em novembro de 2000 em Haia, Holanda, para decidir o papel das florestas sob o Protocolo de Kyoto, inclusive o papel das florestas tropicais no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Enquanto negociações sobre a inclusão das florestas tropicais no combate ao efeito estufa tem por trás uma série de pautas escondidas, as debates sobre florestas são freqüentemente expressadas em termos acadêmicos e/ou morais.

Um item essencial de informação de fundo é que não existe nenhuma opção para não fazer nada sobre o efeito estufa. Cenários de "negócios como sempre" que usam as melhores informações disponíveis indicam impactos tremendos ao longo do século 21. Espera-se que os países em desenvolvimento venham sofrer as maiores perdas devido ao efeito estufa, especialmente perdas de vida humana. Sob a suposição obviamente otimista, de que a população mundial não cresce depois 1990, a



Vista da frente do município de Parintins, interior do Amazonas, localizado a 325 km de Manaus

mortalidade aumentada devido à duplicação do CO₂ pre-industrial (i.e., aproximadamente no ano 2070) seria de 138 mil vidas/ano (115 mil das quais seriam em países em desenvolvimento), enquanto perdas monetárias independente de perda de vida totalizariam US\$221 bilhões/ano, em termos de dólares constantes de 1990, de acordo com o cenário de referência usado pelo Segundo Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança de Clima (IPCC). O fato de que os países em desenvolvimento sofrerão muito não é geralmente entendida no Brasil, onde o efeito estufa freqüentemente é visto como um problema que principalmente afeta os países do norte. Infelizmente, o Relatório Especial do IPCC sobre Impactos Regionais indica o Brasil como um dos países

onde a agricultura sofrerá mais devido ao efeito estufa.

Os representantes dos países europeus e do Brasil são quem mais pressiona para uma redução da abrangência de atividades em florestas tropicais como medidas de combate ao efeito estufa. A posição dos países europeus é melhor explicada pelo fato básico de que os preços dos combustíveis fósseis são muito mais altos na Europa do que nos Estados Unidos. Em praticamente qualquer país europeu um litro de gasolina custa o dobro ou o triplo do preço nos EUA. Isto aumenta os custos de produção para as indústrias européias e as coloca em desvantagem na competição por mercados internacionais. Portanto, os governos europeus estão ansiosos para forçar os EUA a aumentarem seus preços de

energia. Ao fechar a porta para fontes de créditos de carbono potencialmente grandes disponíveis para compra no estrangeiro, por exemplo através de projetos de MDL para manutenção de florestas tropicais, os EUA seriam forçados a aplicar impostos pesados sobre o carbono nos combustíveis fósseis. Pela mesma razão, os países europeus gostariam de instituir um limite sobre a porcentagem do compromisso de Kyoto de cada país que pode ser satisfeita pelo MDL e/ou por outros "mecanismos flexíveis", tais como a implementação em conjunto e o comércio das emissões entre membros do Anexo B do Protocolo (os países que aceitaram limites nacionais sobre as emissões).

Continua na pag. 9

MDL entra no combate contra efeito estufa

acervo pessoal de Elisiana Pereira de Oliveira

Estas considerações podem conduzir a uma tendência para questionar aspectos práticos e teóricos de projetos de MDL no setor florestal muito além do que seria o caso de outra forma. Obviamente, a luta diplomática entre a América do Norte e a Europa não está baseado no interesse nacional brasileiro, e o Brasil seria sábio em pensar cuidadosamente sobre onde ficam os seus próprios interesses.

A oposição do Ministério de Relações Exteriores do Brasil à inclusão de florestas no MDL mistifica muitas pessoas por causa dos benefícios potenciais muito grandes para o País oriundos da renda do carbono e da ajuda em alcançar objetivos nacionais, tais como controlar o desmatamento. A posição do Itamaraty é melhor explicada pela convicção de que o resto do mundo é engajado em uma conspiração permanente para tirar a Amazônia do Brasil, e que o carbono poderia fornecer uma desculpa para fazer isto. Vale a pena notar que a oposição do Itamaraty à inclusão de florestas no MDL não é compartilhada pelos governadores dos estados amazônicos, nem pela maioria da comunidade científica brasileira. Também não é compartilhada pelo Ministro do Meio Ambiente que, em Cochabamba, Bolívia em junho de 1999, assinou uma declaração em conjunto com os ministros do meio ambiente dos países latino americanos pedindo a inclusão das florestas naturais no MDL.

Os debates sobre o MDL estão se intensificando no Brasil e em outros lugares, em preparação para a COP-6. Enquanto as decisões a serem tomadas lá são importantes para o primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto (2008-2012) e para o futuro das florestas tropicais, não deveria ser esquecido que o mundo não termina em novembro. Independentemente do que vier a ser decidido na cidade de Haia, o efeito estufa estará conosco durante séculos, e, na medida em que os seus impactos ficam mais óbvios e inegáveis, as medidas tomadas para combater isto aumentarão. Independentemente de COP-6, mais cedo ou mais tarde o papel das florestas tropicais será reconhecido e será incorporado nas medidas de combate ao efeito estufa porque a lógica atrás dos benefícios de carbono fornecidos pela manutenção das florestas tropicais é cientificamente firme.



Plantio realizado em 1986, em terras da Amazônia